

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Redes Sociais num contexto de microfinanças em Maputo: percepções e estratégias entre as beneficiárias do Fundo de Desenvolvimento da Mulher.

Autora: Arminda de Jesus Fumo

Supervisor: Dr. Hélder Nhamaze

Maputo, Abril de 2014

Redes Sociais num contexto de microfinanças em Maputo: percepções e estratégias entre as beneficiárias do Fundo de Desenvolvimento da Mulher.

Autor

Arminda de Jesus Fumo

Relatório de pesquisa apresentado na modalidade de trabalho de culminação de estudos em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

O Supervisor

O presidente

O Oponente

Maputo, Abril de 2014

Declaração de honra

Declaro que este relatório de pesquisa é original. Que o mesmo é fruto da minha investigação, estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para obtenção de qualquer grau acadêmico.

Arminda de Jesus Fumo

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus tios: Esperança Mathe e Domingos Fumo, ao meu marido (Octávio Chibique), ao meu filho (Stiven) e aos meus primos: Laura, Raimundo, Amina, Judite, Domingas e Christian, que tanto esperaram por esse momento.

Agradecimentos

O presente estudo foi realizado com a contribuição de certas pessoas que merecem o meu agradecimento especial:

A Deus por me iluminar durante estes 4 anos, a minha falecida mãe pela oportunidade de estudar, aos meus tios (Domingos e Esperança) por me terem dado a oportunidade de ingressar na Universidade, sem eles nada seria realidade. Ao meu marido (Octávio), pelo apoio, pela compreensão e paciência durante esses quatro anos; sempre esteve disposto a ouvir as minhas reclamações e me encorajou nos momentos de dificuldade. E aos meus primos (Laura, Raimundo, Amina, Judite, Domingas e Christian) pelo apoio.

Ao Dr. Hélder Nhamaze meu supervisor que com muita dedicação deu o melhor de si para que este trabalho se tornasse realidade, vai também a minha admiração e reconhecimento pelas qualidades académicas que mostrou durante a realização do trabalho, e por ter-se mostrado sempre aberto a ajudar na melhoria deste trabalho através dos comentários, discussões e sugestões. E enquanto docente do curso de Antropologia que tive o privilégio de frequentar nestes 4 anos.

A todos os docentes do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique na cidade de Maputo que orientaram o curso durante esses 4anos, pelos conselhos da vida académica e pelos ensinamentos.

Ao Fundo do Desenvolvimento da Mulher, pela recepção. E aos participantes deste estudo por terem aberto suas vidas, vocês são as protagonistas desta pesquisa. Agradeço igualmente a todos meus colegas do curso, e em especial ao meu grupo de estudo que sempre esteve disponível a prestar a sua ajuda e pelo encorajamento durante todos esses anos vocês: Karina Matandalasse, Eliela Machava, Sansão Macamo, Alberto Thevede Júnior, Inácio Manjate, David Nhazilo, Pilalel zequiel, Ana Sofia Roberto, Gabriel Malipa e Yolanda Simbine.

Resumo

O presente relatório de pesquisa insere-se na obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane. Com este trabalho procura-se compreender as percepções e estratégias das beneficiárias do Fundo para o Desenvolvimento da Mulher (FDM) em relação aos microfinanciamentos, o mesmo tem como tema: *Redes sociais num contexto de microfinanças: percepções e estratégias entre as beneficiárias do Fundo para o Desenvolvimento da Mulher em Maputo.*

Este assunto tem sido estudado a partir de uma abordagem economicista que olha para as microfinanças como um meio eficaz para o alcance do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, a partir do aumento de renda por parte das populações pobres excluídas do sistema financeiro formal. A pobreza segundo essa abordagem, é definida como carência de bens materiais e considera -se que as microfinanças têm atingido os objectivos desejados, esse sucesso é medido através do nível de reembolsos. A abordagem economicista é limitada porque perde de vista as percepções e estratégias dos consumidores do desenvolvimento.

Partindo do pressuposto defendido por Jossias (2002), segundo o qual, o económico precisa do não económico para sobreviver, propus-me a realizar uma pesquisa tendo em conta as várias dimensões que o fenómeno de desenvolvimento tem. Como afirma Sardan (1997), reportar normas heterogéneas, várias configurações do saber social, representações individuais e colectivas, estratégias e lógicas sociais heterogéneas, é no que se ocupa a antropologia do desenvolvimento até nos dias de hoje. E para atingir estes pressupostos, a antropologia privilegia os vários pontos de vista, as práticas dos actores da base, os “consumidores do desenvolvimento”.

Palavras-chaves: Microfinanças, Redes Sociais, Desenvolvimento e Dádiva.

Índice

Declaração de honra.....	3
Dedicatória.....	4
Agradecimentos	5
Resumo	6
1.Introdução	8
2.Objectivos do Estudo	10
2.1.Objectivo Geral.....	10
2.2.Objectivos Específicos.....	10
2.3.Hipótese	10
4.Revisão da Literatura	11
4.1.Antropologia e desenvolvimento	11
4.2.Antropologia do Desenvolvimento	12
4.3.Abordagem sobre microfinanças	13
5.Quadro teórico e conceptual	15
5.1. Delimitação Geográfica do Estudo e Justificação.....	15
5.1.Conceptualização	16
5.1.2.Redes Sociais	16
5.1.3.Microfinanças	16
5.1.4.Desenvolvimento	17
5.1.5.Dádiva	18
6.Procedimento Metodológico.....	19
6.1.Método	19
6.2.Constrangimentos	22
7.Apresentação e Análise de Dados.....	22
7.1.Caracterização do Fundo do Desenvolvimento da Mulher	22
7.2.Motivos de adesão ao FDM	24
7.3.Processo de formação de grupos de crédito	25
7.4. Percepções sobre microfinanças	27
8.Considerações finais	29
9.Referências bibliográficas.....	31

1.Introdução

O interesse pelo meu assunto de pesquisa (Microfinanças), iniciou numa tarde quando encontrava-me em casa de uma tia na cidade da Matola, eis que apareceu uma vizinha dessa tia dizendo: *“boa tarde vizinha, preciso de um grande favor seu; já há algum tempo venho fazendo empréstimos num banco de microfinanças e este mês estou com a prestação atrasada a uma semana, a promotora disse que viria penhorar os bens, peço para que a vizinha empreste-me 700 meticais para completar o dinheiro da prestação.”*

A minha tia respondeu o seguinte: *“vizinha gostaria muito de ajudar-te mas estou sem dinheiro, tens que ter muito cuidado com esses bancos, eu já vi casos em que as pessoas perdem seus bens por causa desses empréstimos, por isso por mais que eu esteja a precisar muito de dinheiro não me atrevo a fazer empréstimo”*. A vizinha então pediu para guardar alguns bens (televisor, fogão eléctrico, geleira, amplificador e 4 cadeiras plásticas) em casa da minha tia enquanto saía para procurar dinheiro para o pagamento da referida dívida.

Depois disso, procurei literatura sobre esse assunto; da revisão feita foi possível constatar que existe vasta bibliografia sobre esse assunto, principalmente na área da Economia. Essa literatura defende que as microfinanças são um instrumento eficaz de combate à pobreza e que o sucesso destas instituições é avaliado segundo o nível de reembolso por parte dos beneficiários.

Na bibliografia analisada senti a falta do ponto de vista dos consumidores dos serviços oferecidos por essas instituições, foi a partir da limitação da abordagem economicista e da carência de abordagens antropológicas na área do desenvolvimento. Como salienta (Casal, 1996), os estudos actuais sobre o desenvolvimento revelam-se cada vez mais carentes de abordagens antropológicas. Ao se falar deste fenómeno (desenvolvimento) não podemos excluir temas como: parentesco, organização política, simbólico e produção doméstica; que me propus a desenvolver um projecto de pesquisa sobre o assunto em causa.

A pergunta de partida que orienta o trabalho é a seguinte: *como é que as beneficiárias do FDM percebem as microfinanciamentos e que tipo de estratégias adoptam para a sua gestão?*

Para responder a esta pergunta, recorri a pesquisa qualitativa que privilegia o uso do método etnográfico, que permitiu a ida ao campo. Tal como defende Malinowski (1974), o trabalho de campo aparece como técnica indispensável da etnografia.

Dos dados recolhidos foi possível constatar que uma parte das beneficiárias, afirma que através dos microfinanciamentos foi possível melhorar a condição financeira e social, através de ampliação de negócios, compra de material de construção, reabilitação de casas e compra de electrodomésticos e criação de novos laços de amizade.

Uma das estratégias encontradas no terreno é a formação de grupos de crédito, onde as beneficiárias juntam-se para pedir empréstimos e a dívida fica na responsabilidade de todos membros. A amizade, laços de parentesco, exercer actividade comercial no mesmo espaço e pertencimento ao mesmo grupo de *xitique* são factores preponderantes para a escolha de quem deve ou não participar do grupo.

Esses grupos formam redes sociais, onde valorizam-se os dons recíprocos, nesse sentido todos devem sentir-se na obrigação de retribuir a ajuda que lhes é oferecida em alguns momentos. Quando algum membro não retribui perde prestígio no grupo.

Quanto à estrutura o relatório apresenta 5 secções: na primeira secção apresento a introdução, onde enuncio a problemática de pesquisa, que me conduz à elaboração da pergunta de partida. Na segunda secção, apresento a revisão da literatura, onde trago algumas abordagens feitas por alguns autores em volta do assunto a tratar.

Em seguida apresento a orientação teórica e conceptual do estudo, onde mostro a forma como pretendo olhar para o assunto através e a abordagem que servirá de base na elaboração do trabalho. Na terceira secção trago o procedimento metodológico adoptado para a recolha de dados usados nesta pesquisa. Ainda na metodologia apresento os procedimentos e instrumentos de recolha e análise de dados da pesquisa.

Na quarta secção procedo à apresentação e discussão dos dados que me permitem sustentar o argumento principal da pesquisa e trechos de conversas com as informantes que servem para reforçar os meus argumentos.

A quinta secção foi reservada para apresentação das considerações finais, onde relembro ao leitor o problema discutido na pesquisa e as principais linhas de argumentos trazidas no trabalho. Para terminar apresento as referências das obras usadas durante todo processo da elaboração deste relatório de pesquisa.

2.Objectivos do Estudo

2.1.Objectivo Geral

Analisar as percepções que as beneficiárias do FDM tem dos microfinanciamentos e as estratégias por eles usadas para a sua gestão.

2.2.Objectivos Específicos

- Identificar os motivos que levaram os beneficiários a aderir aos microfinanciamentos.
- Descrever as percepções que os beneficiários que têm em relação aos microfinanciamentos.
- Identificar as estratégias usadas pelos beneficiários para gerir os microfinanciamentos.

2.3.Hipótese

- As beneficiárias consideram as microfinanças uma maneira de melhorar a sua condição financeira e social, e a partir dos rendimentos obtidos nos seus negócios conseguem reembolsar os valores emprestados.

4.Revisão da Literatura

4.1.Antropologia e desenvolvimento

Segundo Casal (1991), foi depois da Segunda Guerra Mundial que surgiu o fenómeno subdesenvolvimento, fenómeno este que abrangeu os países do Terceiro Mundo. Face a este fenómeno, a Europa criou (ainda cria) políticas com o fim de integrar a economia destes países recém-independentes e desenvolvê-los economicamente, tirá-los do subdesenvolvimento. Foi neste contexto que, a antropologia foi chamada para fazer diagnósticos e examinar as reacções destes países. E ao mesmo tempo, a antropologia deveria auxiliar na planificação de políticas e acções de desenvolvimento, surgia assim a antropologia do desenvolvimento.

Para Casal, a antropologia se liga ao desenvolvimento através de sua construção histórica e teórica. Pois ambos coincidem estritamente na sua constituição histórica. A ideia de desenvolvimento sempre esteve presente nas noções de evolução, mudança social, desenvolvimento, progresso, apenas o termo desenvolvimento é que se mostra como novidade.

A antropologia surge no desenvolvimento e defende que, há vários discursos sobre o desenvolvimento. Este fenómeno - que é também objecto de estudo da economia, história, biologia e sociologia - é definido na antropologia como sendo um processo social indutivo a operações individuais da transformação de um meio social. O desenvolvimento é um fenómeno articulado em muitos fenómenos sociais, não é algo que podemos procurar na realidade ou nas pessoas (Sardan 1995).

O desenvolvimento é mais do que uma mudança voluntária ou imposta do aspecto económico, abrange outras áreas sociais tais como a cultura e a religião. O desenvolvimento é feito também pela transformação dos sistemas mágico - religiosos tradicionais, porque são também processos de mudança económica e fazem o desenvolvimento tal como os outros fazem (fenómenos). E mais, os actores de mudança religiosa são ao mesmo tempo actores de mudança económica (Sardan, 1995).

4.2. Antropologia do Desenvolvimento

Segundo Casal (1996), a antropologia do desenvolvimento surge quando os antropólogos mostraram ter capacidade teórica e metodológica para analisar a problemática do desenvolvimento tal como o faziam já outras ciências sociais. Este ramo da antropologia (antropologia do desenvolvimento) mostra que, as mudanças sociais que ocorrem em sociedades, na cultura e em todos os processos sociais são também desenvolvimento.

A antropologia do desenvolvimento veio mostrar que, as teorizações globais do desenvolvimento e subdesenvolvimento (emitidas pelos economistas clássicos) não se concretizam com a mesma clarividência e precisão em todas as formações sociais. Devemos olhar para o desenvolvimento como uma articulação de processos diferenciados em cada sociedade; não há visões homogêneas e abstractas para o desenvolvimento e subdesenvolvimento (Casal 1996).

Os estudos actuais sobre o desenvolvimento revelam-se cada vez mais carentes de abordagens antropológicas porque, ao se falar deste fenómeno (desenvolvimento) não podemos excluir temas como: parentesco, organização política, simbólico e produção doméstica, (Casal 1996).

Para Sardan (1997), reportar normas heterogêneas, várias configurações do saber social, representações individuais e colectivas, estratégias e lógicas sociais heterogêneas, é no que se ocupa a antropologia do desenvolvimento até os dias de hoje. E para atingir estes pressupostos, a antropologia privilegia os vários pontos de vista, as práticas dos actores da base, os “consumidores do desenvolvimento”.

Justino (2011), analisa os significados que os beneficiários atribuem à Caixa Comunitária de Microfinanças (CCOM) do bairro do Zimpeto. Parte do pressuposto de Casal (1996), sustenta que o desenvolvimento é uma realidade social que resulta da interacção entre desenvolvedores e desenvolvidos.

4.3. Abordagem sobre microfinanças

Para Bertrand (2009), as microfinanças têm início durante a Segunda Guerra Mundial, o principal objectivo dos governos era desenvolver os sectores estratégicos da economia. Face a essa prioridade, grandes volumes de crédito foram canalizados para este sector, através dos bancos de desenvolvimento estatais. Nos anos 80-90, o movimento das microfinanças expandiu-se por vários países de Ásia, África e América Latina inspirados na experiência do Grameen Bank de Bangladesh.

Os primeiros passos para o surgimento do sector microfinanceiro em Moçambique foram dados em 1987 com a criação dos onze fundos de investimento que ficaram independentes do sistema bancário. Dos fundos criados destacam-se: O Fundo do Fomento Agrário e Desenvolvimento Rural, o Fundo do Fomento Pesqueiro, o Fundo para Habitação, o Fundo para o Desenvolvimento da Hidráulica Agrícola (Júnior, 2008).

Para Bertrand (2009), os primeiros vestígios da criação de um fundo bancário no país, surgiram no período pós-independência coma criação em 1989 do Fundo de Crédito para Empresas Urbanas no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana (PRU) do Banco Mundial, parte integrante da política de ajustamento estrutural denominado Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987.

“Nos anos 1990 verificou se a expansão de instituições dedicada a micro finanças como resultado de experiencias vindas da Ásia e América Latina, cujo sucesso foi avaliado em termos de ganhos e/ou reembolsos, bem como em termos de sustentabilidade dos projectos (Jossias, 2002:13) ”.

As microfinanças têm um papel essencial na erradicação da pobreza nos países do Terceiro Mundo, são um elemento eficaz para o alcance das metas de desenvolvimento, garantem oportunidade aos mais pobres para aumentar e diversificar as suas rendas e melhorar suas vidas contribuindo assim para o combate à pobreza. Segundo as estatísticas de 2007, 50% dos clientes são comerciantes informais, 18% pequenos agricultores, dos quais 58% são mulheres, (Bertrand 2009).

Para Fernandes (2009), as microfinanças são um instrumento ou ferramenta de combate á exclusão social e um factor impulsionador do desenvolvimento. A elevada taxa de mulheres que aderem a microfinanças é indicativo que estas instituições estão a abranger as camadas mais pobres e desfavorecidas de Moçambique, ao mesmo tempo que esta a ter um impacto na melhoria das condições de vida dos agregados familiares.

Segundo PARPAII (2006), coloca se como um dos principais desafios de redução da pobreza no país, a modernização e expansão do sistema financeiro, mediante a criação de novos instrumentos e maior cobertura regional, especialmente nas zonas rurais, com o objectivo de aumentar as poupanças e a disponibilidade do crédito realçando dessa forma a necessidade de desenvolver serviços de microcrédito e microfinanças.

De acordo com Alves (2008), os serviços financeiros permitem aos pobres expandirem as suas actividades económicas, aumento do seu nível de rendimento e autoconfiança. Neste âmbito a definição de uma relação entre microfinanças e desenvolvimento, tendo como fim a redução da pobreza pode ser encontrada.

O tema microfinanças vem ganhando espaço no seio das políticas como instrumento catalisador da economia rural, visto ser nestas zonas onde se verificam os maiores índices de pobreza no país. Constitui um instrumento eficaz para o alcance das metas de desenvolvimento do milénio na luta contra a pobreza. Este autor define pobreza segundo uma abordagem quantitativa: “ pobreza como sendo simplesmente a carência de bens materiais, (Bertrand, 2009:18).

Para Jossias (2002), citando Bukley (1997), o incremento de microfinanças em Africa não significa um impacto positivo nos beneficiários nos termos propostos nos objectivos das instituições, nomeadamente, aumento de ganhos e diminuição do desemprego. Isto alia-se ao facto de o indicador usado para medir o sucesso desses programas, que é o grau de reembolso, não servir para demonstrar o impacto nos beneficiários mas apenas indicar o reconhecimento que estes tem de devolver o que lhes foi emprestado.

5. Quadro teórico e conceptual

Para a materialização do objectivo do meu projecto de pesquisa parto do pressuposto teórico apresentado por Sardan (1997), defende que para reportar normas heterogéneas, várias configurações do saber social, representações individuais e colectivas, estratégias e lógicas sociais heterogéneas, a antropologia privilegia os vários pontos de vista, as práticas dos actores da base, os “consumidores do desenvolvimento”.

Considero esse pressuposto teórico de (Sardan, 1997), relevante para a minha pesquisa porque me permitirá captar as práticas, crenças e estratégias e percepções do meu grupo alvo (beneficiárias do FDM) em relação aos serviços microfinanceiros. Me dará também a possibilidade de trazer uma abordagem sobre o desenvolvimento como um fenómeno que envolve para além de factores económicos, outros factores de ordem social.

5.1. Delimitação Geográfica do Estudo e Justificação

O presente estudo foi realizado na Província de Maputo, distrito de Boane, nos bairros da Matola-Rio, Massaca e Vila de Boane. A escolha desses locais deveu-se a facilidade de acesso dos mesmos em relação aos outros locais onde o FDM actua.

Uma parte das conversas informais foi realizada nos mercados dos bairros acima referidos, devido a possibilidade que esta técnica oferecia de acompanhar as actividades exercidas nesses locais. Outra parte das conversas decorreu nas residências das informantes, o que permitiu ver o quotidiano dessas.

5.1. Conceptualização

5.1.2. Rede Social

Segundo Scherer-Warren (2005), citado por (Radomsk e Schinedder, 2007), a história do conceito de rede nas Ciências Sociais remonta aos escritos de Saint-Simon no século XIX, mas ganha projecção em meados do século XX com os estudos de Radcliffe-Brown (1952), Barnes (1987), Mayer (1987) e outros.

As redes sociais, segundo Marteleto (2001, p.72), citado por Tomaelet al (2005) representam um conjunto de participantes autónomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Costa *et al* (2003, p.73), citado por (Tomaelet al) atestam que a rede é uma forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia.

Para Mitchell (1969), rede é um conjunto de ligações simples ou complexas entre as pessoas numa sociedade. A rede social é constituída de actores sociais como por exemplo, população, organização, comunidades e nações; as relações sociais podem ser de amizade, comunicação, transacções económicas e não económicas e de parentesco.

5.1.3. Microfinanças

Segundo Nhampossa (2006), microfinanças é a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados.

“Por Microfinança entende se a concessão de um conjunto de serviços financeiros de pequena escala a famílias pobres que podem assumir a forma de pequenas poupanças, créditos, seguros, transferências e de capital de risco”, (Fernandes, 2009:3).

Por outro lado, “Micro finança é a actividade que consiste na prestação de serviços financeiros essencialmente em operações de reduzida e média dimensão”, (Banco de Moçambique, 2005:3).

Segundo Alves (2008), microfinanças é uma abordagem de desenvolvimento económico projectada para beneficiar pessoas de baixa renda e recorre á provisão de serviços financeiros que podem incluir crédito, poupanças, seguros e serviços de pagamento.

Segundo as definições acima, microfinanças são consideradas como envolvendo apenas aspectos económicos. A presente pesquisa pretende mostrar que dentro do contexto de microfinanças existem também aspectos não económicos. Conforme sustenta, Jossias (2002), o económico precisa do não económico para sobreviver.

5.1.4.Desenvolvimento

Para (Oliveira, 2007),sob o prisma económico, desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada colectividade.

Viola (1995), considera o desenvolvimento como todo um processo cultural integrado e carregado de valores; engloba o ambiente natural, as relações sociais, a educação, produção, o consumo e o bem-estar. Para Bairoch (1986), o desenvolvimento é um processo de mudança progressiva que conduz o benefício económico e social para todas as pessoas a diferentes níveis.

Ferrinho (1978), vê o desenvolvimento como mudança de todo um ecossistema de que faz parte o meio natural, o meio cultural, o meio social e a personalidade dos indivíduos. Para este autor, toda a comunidade que aspira o desenvolvimento deve considerar o progresso técnico, crescimento económico, o homem e a sociedade, isto é enquadrar a estratégia técnica-económica numa estratégia humana e social.

O desenvolvimento deve ser encarado comum processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer

as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (Oliveira, 2007).

De acordo com Casal (1996), na actualidade e num processo de globalização incontornável, o desenvolvimento deixou de ser um fenómeno exclusivamente económico, passando a constituir uma problemática de componentes políticos, económicas, ecológicas, sociais e culturais, na que intervém vários actores, instituições e constrangimentos, reflectindo interesses, compromissos e ideologias diferentes e antagónicas. A antropologia intervém no interior dessa complexidade, descodificando representações, avaliando resultados com saberes e metodologias que lhe são próprios.

Há vários discursos sobre o desenvolvimento. Este fenómeno - que é também objecto de estudo da economia, história, biologia e sociologia - é definido na antropologia como sendo um processo social indutivo á operações individuais da transformação de um meio social. O desenvolvimento é um fenómeno articulado em muitos fenómenos sociais, não é algo que podemos procurar na realidade ou nas pessoas (Sardan 1997).

“Quando pretendemos abordar as práticas de desenvolvimento é preciso olharmos um pouco além das políticas económicas nacionais e concentrarmo-nos nas práticas sociais e efectivas ligadas ao desenvolvimento, que incluem as práticas dos desenvolvedores e desenvolvidos, (Jossias, 2002:5) ”.

5.1.5.Dádiva

Segundo Assis (2006), a dádiva pode ser traduzida como dom, aquilo que é oferecido gratuitamente, pode ser entendida como uma das formas de estabelecer relações sociais compostas por um movimento de dar, receber e retribuir. A dádiva materializa vínculos, assim o que é dado é um bem a serviço dos vínculos sociais.

Radomsky e Schineider (2007), define dádiva como qualquer acção sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, com objectivo de criar, manter ou reproduzir a sociabilidade,

comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade e reciprocidade como a reprodução da própria dádiva.

Dádiva e reciprocidade são momentos que se seguem num mesmo ato, e Mauss observou que na troca há sempre três momentos que se revertem no princípio da acção recíproca – dar, receber, retribuir. A troca não seria somente uma permuta de produtos, ela carrega a potencialidade da sociabilidade humana, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas (Idem).

A dádiva deve ser pensada antes de mais e em qualquer caso, como relação, como relação social por excelência. A ideia de que a dádiva cria a sociedade, estabelece alianças, cimenta uniões é recorrente, assentando num “duplo paradoxo” inerente ao próprio acto de dar: o paradoxo da gratuidade e da incondicionalidade, por um lado (a dádiva implica retribuição e reconhecimento, mas não pode efectivar-se com essa intenção); e o paradoxo da liberdade e da obrigação, por outro (a dádiva é em princípio, um gesto livre, mas não totalmente, contendo também uma dimensão institucional, ritual, formal (Casal, 2005).

6.Procedimento Metodológico

Nesta parte do trabalho descrevo como procedi para obter as informações que me permitiram responder a pergunta de partida, primeiro explico o método usado, segundo as técnicas usadas na colecta de dados que foram usados para realização da pesquisa, no terceiro ponto explico como foi realizado o trabalho e no último os constrangimentos verificados durante o a realização do trabalho.

6.1.Método

O presente relatório foi realizado com base na pesquisa do tipo qualitativo com carácter exploratório que usou o método etnográfico, a abordagem qualitativa permiti ao investigador explorar a subjectividade do objecto, o mundo dos significados, das acções e relações humanas e os aspectos que escapam através da revisão da literatura (Minayo e Sanches 1993)

A escolha do método Etnográfico deve-se à possibilidade que este método oferece na realização de uma pesquisa baseada no contacto directo (ida ao campo) com o objecto de estudo (beneficiárias do FDM). Segundo defende Leach (1982), as acções podem ser melhor compreendidas quando observadas dentro do seu contexto, com intuito de captar como, quando e onde as relações existem.

O método etnográfico, permitiu-me estar no local onde o grupo alvo (beneficiárias do FDM) desenvolve as suas actividades, assim como nas residências de algumas informantes o que me possibilitou ver, ouvir e escrever aspectos importantes que aconteciam nesses locais e fazer perguntas acerca das motivações e acções dos actores sociais. Tal como defende Oliveira (2006), ver, ouvir e escrever é o trabalho do antropólogo e essas três fases complementam-se no exercício da investigação.

A realização do trabalho compreendeu três fases: na primeira fase procedi à revisão da literatura, na Biblioteca Central Brazão Mazula e na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane e artigos tirados na Internet.

A segunda fase consistiu na recolha de dados, através do trabalho de campo realizado nas residências e locais de residência do grupo alvo (trabalhei com cinco grupos, compostos por 20 mulheres,) nos bairros: Matola-Rio, Boane e Massaca. Esta fase decorreu nos meses de Junho e Julho de 2013, num primeiro momento fazia-me acompanhar pelas promotoras de crédito do FDM, com tempo fui ganhando a simpatia das informantes, o que me permitiu ir ao campo sem a presença das promotoras de crédito.

A ida às residências das informantes permitiram-me observar as práticas quotidianas das beneficiárias, nos locais onde desenvolvem suas actividades foi possível ver e ouvir as estratégias individuais e colectivas levadas a cabo por estas, de modo a garantir a devolução dos empréstimos. Nesta fase, usei as técnicas de entrevistas semi-estruturadas, conversas informais, gravador de voz (com a permissão das informantes), registo no caderno de campo e observação.

As informantes foram identificadas a partir das promotoras de crédito, acompanhava estas nas suas rotinas de trabalho onde visitam as beneficiárias nas suas residências e nos locais onde exerciam as suas actividades, como forma de controlar o andamento dos negócios. A partir

dessas informantes foi possível chegar a outras beneficiárias do FDM que foram relevantes no processo de pesquisa.

Ainda nesta segunda fase, participei de reuniões de um grupo que levam empréstimo na modalidade colectiva, as reuniões foram orientada pelas promotoras, onde a chefe do grupo falava da necessidade dos outros grupos efectuarem o pagamento das suas parcelas antes do vencimento do prazo, de modo a evitar a aplicação de multas.

A terceira fase baseou se na descrição, análise e interpretação dos dados recolhidos, onde analisei as percepções e as estratégias que as beneficiárias do FDM usam no seu dia-a-dia para lidar com os microfinanciamentos. Nesse processo foi possível perceber que existe um grupo (11 informantes) que afirmam ter tido muitos ganhos com a aderência aos serviços da instituição e outro grupo (6 informantes) que consideraram ter ficado mais “pobres” depois de ter beneficiado dos serviços dessa instituição.

6.1. Perfil dos entrevistados

O meu grupo alvo é composto por 17 mulheres com idades compreendidas entre 27 a 62 anos, as mesmas são comerciantes nos mercados dos bairros Matola- Rio, Massaca e Vila de Boane na Província de Maputo.

Três das informantes são casadas e exercem o comércio de forma a ajudar os esposos nas despesas da casa; as outras 14 são solteiras, viúvas e divorciadas e tem no comércio a única renda da família. As famílias dessas mulheres são compostas por filhos e netos e em alguns casos sobrinhos e irmãos das informantes.

Quanto ao nível de escolaridade, existe um grupo (6 informantes) que frequentou a escola até o nível médio; 7 informantes concluíram o nível primário e 4 informantes nunca frequentaram escola.

6.2.Constrangimentos

O principal constrangimento verificado foi o facto de uma das promotoras de crédito, a primeira com que procedi as visitas às beneficiárias, ter apresentado-me para um grupo de informantes (no bairro de Infulene) como nova funcionária do FDM; disse as beneficiárias que eu estava naquele local a mando da instituição para informar que se não efectuassem os depósitos até as 15 horas do mesmo dia eu daria ordem para a penhora dos bens dados como garantia.

Essa situação fez com que as informantes ficassem limitadas na resposta de algumas questões e notei também que a tendência era de elogiar os serviços da instituição. Consegui ultrapassar essa dificuldade ao longo do tempo, principalmente nas visitas que fazia sem a presença da promotora, onde pude esclarecer o motivo da minha presença no local.

7.Apresentação e Análise de Dados

7.1.Caracterização do Fundo do Desenvolvimento da Mulher

O Fundo de Desenvolvimento da Mulher, Sociedade Civil, com associados todos moçambicanos, com sede na Província de Gaza, formada em 2002 e licenciada pelo Banco de Moçambique como operadores de microcrédito, iniciou sua actividade a 1 de Outubro de 2004. Antes foi um projecto de crédito e poupança garantido pelo grupo da Save the Children(USA) que iniciou a sua actividade na província de Gaza, servindo a grupos de 15-25 membros de mulheres, que praticavam pequenos negócios, com o objectivo de imponderá-las e permitir que ofereçam melhores condições de vida a suas famílias.

A 31 de Agosto de 2004 tornou-se num programa autónomo que oferece produtos de crédito comum, a componente de poupança obrigatória, educação financeira e educação para a saúde a

seus clientes, já em Dezembro de 2006 tornou-se operacionalmente sustentável e expandiu as suas actividades para a província de Maputo e Inhambane.

Os objectivos do FDM são: aumentar o nível socioeconómico dos microempresários e trabalhadores de baixa renda, preferencialmente mulheres, através de prestação de serviços financeiros e não-financeiros sustentáveis nas zonas rurais e semi-rurais do sul de Moçambique e o emponderamento das mulheres.

Visão: que todas as mulheres e população de baixa renda do sul de Moçambique participem activamente na tomada de decisão e sejam economicamente auto suficientes, mediante um acesso seguro, adequado e sustentável dos serviços dessa instituição.

Para se tornar beneficiário do FDM, é necessário ser trabalhador, possuir um negócio com mais de seis meses, uma fotografia tipo passe, declaração do bairro, fotocópia de BI, uma testemunha e um avalista. Na instituição é indicada uma promotora de crédito que irá à residência fazer levantamento dos bens de garantia, assim como fazer o acompanhamento durante todo processo; no caso de crédito em grupo todos membros devem oferecer bens de garantia.

O FDM concede crédito de forma individual e em grupos que variam de 2 a 10 pessoas, o valor de crédito varia dos 3 a 6000 meticais na modalidade individual e de 640 a 3000 na modalidade de grupo, cobra uma taxa de juros de 5% e 10% de poupança obrigatória.

No crédito em grupo a dívida é da responsabilidade do grupo e é dividida em parcelas iguais entre os seus membros, o chefe do grupo tem a responsabilidade de garantir que os membros do grupo reembolsem o valor e em caso de um dos membros não reembolsar os outros devem fazê-lo e depois venderem os bens que o membro em causa deu de garantia para dividirem o valor entre si.

O FDM tem beneficiários que encontram-se na faixa etária dos 21 a 54 anos, desenvolvem várias actividades como: venda de produtos alimentares, roupas usadas, bebidas alcoólicas, carvão e hortícolas nos mercados e nas suas residências nos bairros do município da Matola e Boane.

7.2.Motivos de adesão ao FDM

No presente subcapítulo, apresento os diversos motivos que levaram as minhas informantes a recorrerem aos serviços microfinanceiros do FDM. Os beneficiários do FDM apresentam uma variedade de motivos e razões para a aderência dos serviços oferecidos por esta instituição, como retratam os informantes abaixo:

“(...) Eu trabalhei como empregada doméstica em varias casas durante 12 anos, na última casa onde trabalhei a minha patroa vendia roupas vindas da África do Sul, uma vez desapareceu um plástico com roupa que custavam 20.000mts e a patroa acusou me, fiquei dois meses presa. Depois disso jurei que nunca mais voltava a trabalhar em casa de alguém, foi dai que montei uma banca em casa e comecei a vender vários produtos alimentares”.

“ Tive conhecimento do FDM através de uma vizinha que já era beneficiária, entrei em contacto com a promotora que explicou me os procedimentos para que me tornasse beneficiária, achei que os juros eram baixos por isso resolvi aderir”.

Segundo informante acima, podemos concluir que a adesão aos microfinanciamentos podem ser vista como uma forma de superar alguma dificuldade social. Nesse caso o facto de ter sido acusada de roubo pela patroa fez com que a informante encontra-se no FDM uma alternativa de trabalho.

“ (...) Tenho uma barraca onde cozinho e vendo comida no mercado da Matola-Rio há mais ou menos 4 anos e meio, há 9 meses fui convidada por uma amiga que vende verduras no mesmo mercado para fazer parte de um grupo composto por mais 4 senhoras também vendedoras no mercado. Resolvi aceitar porque conhecia todas integrantes do grupo e também porque precisava comprar cadeiras plásticas para aumentar as que já tinha na barraca”.

“ (...) Meu marido é funcionário público há 9 anos e eu vendo frangos, cerveja e refrescos em casa, iniciamos a construção da nossa casa a dois anos e meio mas estávamos a ter muitas dificuldades para terminar; uma amiga com quem faço xitique falou -me que faz empréstimos no FDM e forneceu me o contacto da promotora que trabalha no nosso bairro (Massaca), entrei em contacto com ela e explicou me os procedimentos”.

Na secção terminada, procedi a descrição e análise dos motivos que levaram as informantes a aderirem ao FDM. De acordo com a condição social de cada uma das informantes, existe uma variedade de motivos que levaram-nas aderirem aos microfinanciamentos do FDM. Dentre esses motivos destacam-se os seguintes: a necessidade de ter casa própria, de ampliar o negócio, de melhorar a casa, de comprar mobiliários, electrodomésticos e o desemprego.

7.3. Processo de formação de grupos de crédito

A formação de grupos de crédito é considerada pelo meu grupo alvo, como uma das melhores estratégias para a gestão de microfinanciamentos. Neste subcapítulo, apresento o processo de formação de grupos e os valores que orientam a escolha dos membros a pertencerem num determinado grupo na obtenção de microfinanciamentos na modalidade colectiva.

A modalidade colectiva de crédito, um dos serviços oferecidos pela FDM, permite que as beneficiárias formem grupos compostos por 2 a 10 membros que dividem a dívida em parcelas iguais entre todos os membros, a serem pagas de forma colectiva. Nesse processo todos os membros devem ser comerciantes ou trabalhadores e cada um oferecer alguns bens como garantia.

No processo da formação dos grupos é eleito para chefiar o mesmo um dos seus membros, que tem como função escolher os membros, garantir que todos paguem a sua parte e responder pelo grupo junto da instituição.

No processo de escolha dos membros foi possível encontrar indivíduos que foram convidados a pertencerem a algum grupo pelas promotoras de crédito, como no caso seguinte:

“(...) Quando procurei os serviços da FDM, a minha promotora informou-me que existia um grupo a procura de um membro para substituir alguém que havia desistido, primeiro não gostei muito da ideia, mas quando soube que eram todas pessoas conhecidas e de confiança mudei de ideia. Outra coisa importante foi o facto de serem vendedoras no mesmo mercado que eu já há muito tempo e eu sabia que podia contar com ajuda delas, além disso em caso de dificuldades iriam ajudar-me.

Há caso de informantes que constituíram os seus próprios grupos de crédito:

“(...) Quando Tive conhecimento de que era possível levar dinheiro em grupo, fiquei interessada porque penso ser mais fácil na hora de reembolsar porque poderia contar com ajuda dos outros membros do grupo, fui ter com a promotora e perguntei se havia algum grupo disponível e ela disse que não mas sugeriu que eu formasse meu próprio grupo. Eu concordei e logo comecei a pensar em pessoas que fossem de confiança e que tivessem responsabilidade, então preferi chamar minha irmã e uma vizinha para formar um grupo de três porque quando as pessoas são poucas fica fácil controlar, além de que eu conhecia as casas delas e não corria o risco de pedirem bens emprestados para dar como garantia”.

A partir dos trechos acima, percebe-se que esses grupos formam o que, Radomsky (2006), chama de redes sociais, conjunto de relações concretas que vinculam indivíduos aos outros. No caso das minhas informantes, a dívida em comum funciona como um vínculo.

Segundo Tomael et al (2007), as redes sociais constituem uma das estratégias subjacentes utilizadas pela sociedade para o compartilhamento da informação e do conhecimento. Nas redes sociais, cada indivíduo tem sua função e identidade cultural, sua relação com outros indivíduos a vai formando um todo coeso que representa a rede.

O pensamento acima assemelha se ao constatado no meu grupo alvo: um grupo composto por 4 membros, denominado *Ntwanano* (entendimento) todas vendedoras de verduras no mercado da Massaca. No referido grupo, cada membro desempenha uma função, como por exemplo:

“(...) Eu sou desse grupo a dois anos, minha função é de cobrar o xitique que fazemos diariamente como forma de garantir que final do mês todas tenhamos dinheiro completo para o pagamento do empréstimo.”

“(...) Eu sou responsável por fazer os depósitos no banco e depois levar o recibo e a caderneta para a promotora assinar, mas essa função é rotativa, com a exceção da chefe do grupo porque já possui outras funções.”

Outro facto constatado nos grupos, é que um membro quando ajuda o outro em caso de necessidade, espera que essa ajuda seja recíproca e quando essa reciprocidade falha, surgem conflitos entres os membros do respectivo grupo. Essa ideia remeteu me, ao pensamento de

Radomsky e Schneider (2007), que afirmam existirem três momentos no acto da reciprocidade: dar, receber e retribuir.

Quando questionada sobre as principais qualidades que alguém deve possuir para pertencer a um grupo de crédito, uma chefe de um grupo respondeu:

“(...) a pessoa deve saber que fazer parte de um grupo é uma grande responsabilidade, porque há daquelas pessoas que pensa que pode relaxar e deixar sua parte da parcela com outros membro, mas todo aquele que recebe ajuda deve saber retribuir. Essas pessoas, quando são expulsas de um grupo, depois não conseguem entrar noutro porque já tem fama de oportunistas, mafiosas, sem palavra, aldrabonas”.

O trecho acima pode ser explicado pelo pensamento de Godelier (2000), dádiva e reciprocidade são momentos que se seguem num mesmo ato, e Mauss observou que na troca há sempre três momentos que se revertem no princípio da acção recíproca – dar, receber, retribuir. A troca não seria somente uma permuta de produtos, ela carrega a potencialidade da sociabilidade humana, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuos.

Segundo o mesmo trecho, podemos perceber que há uma tendência de desvalorizar-se os membros que não honram com seus compromissos, sendo atribuídos adjectivos como: oportunista, mafiosa, sem palavra, aldrabona, etc...

Este subcapítulo trouxe as ideias das informantes em relação aquilo que consideram importante para pertencer ou escolher membros a fazerem parte dos grupos de crédito, pude perceber que aspectos como amizade, vizinhança, parentesco, pertencer ao mesmo grupo de xitique e exercer actividades do mesmo local são decisivos no momento de escolher quem deve ou não pertencer a esses grupos.

7.4. Percepções sobre microfinanças

As beneficiárias do FDM têm uma diversidade de opiniões em relação aos serviços prestados por esta instituição. Foi possível encontrar beneficiárias que consideram ter alcançado alguns ganhos depois que passaram a beneficiar dos microfinanciamentos:

“(...) eu posso dizer que FDM trouxe muitas coisas boas na minha vida, eu era uma pessoa que não tinha muitas amigas, minha vida era casa e mercado e mesmo aqui no mercado não conversava muito com as pessoas. A partir do momento que minha vizinha de banca convidou me para estar num grupo de crédito, já faço vários xitiques que antes eu nem sabia que existiam aqui no mercado e consegui comprar muitas coisas para minha casa e meus filhos.”

A partir do trecho acima, podemos notar que as beneficiárias valorizam, além de aspectos económicos, outros de ordem não económica, como é o caso de laços de amizade que surgem no meio dessas redes.

O mesmo trecho, remete-nos a ideia de Tomael et al (2005), que defende que as redes sociais constituem uma das estratégias subjacentes utilizadas pela sociedade para o compartilhamento da informação e do conhecimento, mediante as relações entre atores que as integram.

Foi possível também encontrar beneficiárias que afirmam ter mais perdas do que ganhos após aderirem aos microfinanciamentos:

(...) Depois que comecei a levar dinheiro no FDM, a minha vida foi se complicando cada vez mais, o negócio não correu como eu esperava e por isso fui-me endividado cada vez mais para conseguir pagar as prestações. Em vez de melhorar de vida, fiquei mais pobre, perdi meus bens e mesmo assim ainda não consegui pagar toda dívida.

Essa secção permitiu compreender que são várias as percepções que as beneficiárias têm em relação aos microfinanciamentos. Sendo possível encontrar informantes que consideram ter melhorado financeira e socialmente a sua condição de vida com os serviços microfinanceiros e outras beneficiárias que afirmam ter ficado mais “pobres” após aderirem aos serviços microfinanceiros.

No respeito as estratégias, também encontramos diversidade existindo mulheres que recorrem a xitiques diários, semanais e mensais, outras que contam com ajuda dos cônjuges e ainda um grupo de informantes trabalhadoras estatais e privadas que vê no salário a única forma de reembolsar os valores emprestados.

8.Considerações Finais

O presente relatório analisou as percepções que as beneficiárias do FDM têm em relação aos microfinanciamentos e as estratégias por essas usadas na gestão desses serviços. Para a realização do referido projecto usou-se o método etnográfico.

Dos dados recolhidos foi possível constatar que uma parte das beneficiárias, afirma que através dos microfinanciamentos foi possível melhorar a condição financeira e social, através de ampliação de negócios, compra de material de construção, reabilitação de casas e compra de electrodomésticos e criação de novos laços.

Doutro lado, existem beneficiárias que consideram ter piorado a condição social. As mesmas afirmaram que após aderir aos microfinanciamentos contraíram mais dívidas e perderam seus bens, penhorados pelo FDM ou porque tiveram que vender para conseguir dinheiro do pagamento das parcelas da dívida.

Uma das estratégias encontradas no terreno é a formação de grupos de crédito, onde as beneficiárias juntam-se para pedir empréstimos e a dívida fica na responsabilidade de todos os membros. A amizade, laços de parentesco, exercer actividade comercial no mesmo espaço e pertencimento ao mesmo grupo de *xitique* são factores preponderantes para a escolha de quem deve ou não participar do grupo.

Esses grupos funcionam como redes sociais, onde o facto de compartilhar a responsabilidade do pagamento da dívida funciona como um vínculo que une as beneficiárias. Existem entre estas o sentimento de solidariedade e de conflito. A solidariedade caracteriza-se pela ajuda recíproca por parte dos membros, o conflito surge quando a rede de reciprocidade falha.

Cada membro do grupo tinha a obrigação de ajudar os outros em caso de necessidade e esperava que essa ajuda lhe fosse retribuída em algum momento. Os membros que não honravam com as suas obrigações dentro do grupo perdiam prestígio e a possibilidade de pertencerem a outros grupos futuramente.

A perspectiva teórica adoptada no estudo, mostra-se diferente da economicista porque revela que os microfinanciamentos para além do aumento da renda familiar por parte das beneficiárias,

também servem como instrumentos de criação de novos laços de amizade e de alcance de novo *status* sociais.

Contrariamente á abordagem economicista, no presente estudo constatou-se que, o método usado para verificar o alcance dos objectivos de microfinanças, que é o nível de reembolsos por parte dos beneficiários, não se aplica no meu grupo alvo. Essas mulheres devolvem os empréstimos concedidos pelo medo de perder os bens dados como garantias e o prestígio dentro dos grupos a que pertencem.

Em alguns casos, são obrigadas a vender os bens dados como garantia para conseguir devolver o dinheiro emprestado pela instituição porque não conseguem gerir os empréstimos e nem aumentar a renda familiar somente a partir dos lucros dos seus negócios. Para garantir o reembolso dos empréstimos, também recorrem a outras fontes, como no caso das mulheres que contam com ajuda dos cônjuges.

9.Referências bibliográficas

Alves, Paulo. 2008. *O papel das microfinanças como instrumento pra redução da pobreza em Moçambique. Caso de estudo: O programa de microfinanças da África Works*. Trabalho de Licenciatura em Economia. Maputo: UEM.

Assis, V. 2006. *Dádiva, mercadoria e pessoa:as trocas na constituição do mundo social Mbya-Guarani*. Porto Alegre.

Banco de Moçambique. 2006, *Traços principais do licenciamento das actividades de micro finanças em Moçambique*. Departamento de supervisão bancária.

Barnes, J.A. “Networks Political Process” in Mitchel, Clyde.1969: *Social networks in Urban Situation* . Manchester University Press.

Bertrand, Cláudia. 2009, *Impacto das microfinanças na redução da pobreza: o caso da TCHUMA no distrito de Boane*. Trabalho de Licenciatura em Economia. Maputo: EUM, Faculdade de Economia.

Bourdieu, Pierre. “A Economia dos bens simbólicos” in (1997). *Razões práticas sobre a teoria da acção*. Celta:Oeiros.

Buckley, Grame. “Microfinance in Africa: is it either the problem or the solution?” in (1997). *World Development. Department for international Development*. London: UK.

Casal, Adolfo. 1996. *Antropologia e Desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique*. MCT-IICT- Lisboa.

Casal, A. 2005. *Entre a dádiva e a mercadoria. Ensaios de Antropologia económica*. Lisboa: edição do autor.

Fernandes, João, 2009. *Microfinanças: um estudo de caso: AMODER em Moçambique*. Acedido em: [pt.scribd.com/doc/11440045.microfinancas-estudo-de-caso-AMODER](http://pt.scribd.com/doc/11440045/microfinancas-estudo-de-caso-AMODER).

Ferrinho, Homero. 1997. *Associativismo e Cooperativismo*. Maputo: Conferência Nacional das Associações Camponesas e Cooperativas Agrícola de Moçambique

Governo de Moçambique, 2006, *Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta II*. Edições 70.

Godellier, M. 2000. *O Legado de Mauss*. Lisboa: edições 70.

Jossias, Elísio. 2002, *Racionalidades em questão num contexto de micro finanças em Moçambique. Estudo de caso: Beneficiários da WorldRelief- Fundo para crédito comunitário-Xai-Xai*. Licenciatura em Antropologia. Maputo: UEM.

Júnior, Carlos. 2008. *Impacto das Microfinanças sobre a renda nas zonas rurais. Caso de estudo: o programa de microfinanças do Progresso*. Licenciatura em Economia. Maputo: UEM.

Justino, Modesto. 2011. *Interpretação das práticas de Desenvolvimento: caso dos beneficiários da caixa de micro finanças do bairro de Zimpeto*. Licenciatura em Antropologia. Maputo: UEM.

Leach, Edmund. 1982. “Da etnografia totalizante a etnografia micro talhada. O meu tipo de antropologia”, in: *A diversidade do antropólogo*. Lisboa: Edições 70. Pp: 117-141.

Lopes, Helder. 2003. *Indicador de Pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

Malinowski, Bronislaw. 1974. *Argonautas do pacífico Ocidental*. *Ethnologia*6 (8): 17-37.

Mussagy, César. 2005. *Impacto do microcrédito na redução da pobreza: o caso de Chokwé e Maputo*. Licenciatura em Gestão. Maputo: UEM.

Nhampossa, Lúcia. 2006, *O impacto de programas de micro finanças sobre o bem-estar: o caso da CRESCE-CARE-MOCAMBIQUE*. Trabalho de Licenciatura em Economia. Maputo: UEM.

Sardan, Olivier. 1997. *Antropologie et Développement: Essai en Socio-Antropologie do Changement Social*. Apad-Karthala. Paris.

Oliveira, Gilson. 2007. *Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Revista FAE.

Oliveira, R. (2006) capítulo 1: *o trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*, in: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, Pp. 17-36.

Ossemane, Rogério e Suleimane, Tomás. 2010. *Crescimento, pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Acedido em [www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/ crescimento-poreza-12.2010.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/crescimento-poreza-12.2010.pdf).

Ossumane, Ana e Munguambe, Isabel. *Microfinanças e Desenvolvimento Rural: o caso da cooperativa de crédito dos microempresários de Angónia*. Licenciatura em Economia. Maputo:UEM.

Radomsky, Guilherme e Schineider, Sérgio. 2007. *Nas teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento*. Brasília: sociedade e Estado.

Tomaél, Maria (et al). 2005. *Das redes sociais à inovação*. Brasília: UFMG.

Yunus, Muhammad. 2008. *Sonhar que é possível acabar com a pobreza*. Acedido em: blogspot.com/2008/03/0-definicao-da-pobreza.html.